



Bruxelas, 9 de julho de 2026
(OR. en)

11631/26

LIMITE

COPS 426	EUMC 288
ANTICI 189	INDEF 140
POLMIL 297	HYBRID 90
COEST 550	ESPACE 122
COASI 142	CLIMA 389
CONUN 125	ENV 920
MAMA 185	CT 89
MOG 161	COTER 105
COTRA 61	CIVCOM 183
ELARG 151	RELEX 974
COWEB 100	JAI 959
COAFR 224	COMPET 933
COLAC 100	CFSP/PESC 1112
CONOP 45	CSDP/PSDC 481

NOTA

de:	Comité de Representantes Permanentes (2. ^a Parte)
para:	Conselho
Assunto:	Entendimento comum – as ameaças e os desafios que enfrentamos: avaliação do ambiente estratégico da UE

**Entendimento comum – as ameaças e os desafios que enfrentamos:
avaliação do ambiente estratégico da UE**

O mundo que enfrentamos

A União Europeia enfrenta um contexto geoestratégico incerto, caracterizado por ameaças persistentes e simultâneas em várias frentes. É necessário um entendimento comum dessas ameaças, seguindo uma abordagem de 360°, para assegurar que a UE esteja equipada e preparada para se adaptar, de forma a proteger eficazmente os seus cidadãos, salvaguardar os seus interesses, reforçar a sua autonomia estratégica e reduzir as dependências, bem como defender os valores em que assenta: respeito pela dignidade humana, democracia, igualdade, Estado de direito e respeito pelos direitos humanos.

O nosso ambiente estratégico está a sofrer uma profunda transformação estrutural, na qual diversas potências revisionistas e intervenientes cada vez mais determinados desafiam de forma frontal a segurança, a estabilidade e a prosperidade da Europa. Com a sua agressão não provocada contra um vizinho pacífico – a Ucrânia –, a Rússia destruiu a arquitetura de segurança europeia que prevalecia desde o fim da Guerra Fria. Esta constitui a ameaça mais imediata e mais direta à segurança europeia, sendo a China um facilitador essencial da agressão russa contra a Ucrânia e da sua colaboração com intervenientes como a Bielorrússia, o Irão e a República Popular Democrática da Coreia (RPDC). O desfecho da guerra da Rússia contra a Ucrânia terá repercussões profundas na arquitetura de segurança europeia. A independência, a soberania e a integridade territorial da Ucrânia, dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas, constituem a pedra angular de uma paz justa e duradoura. Uma Ucrânia independente, segura, próspera e estável é uma prioridade estratégica para a segurança europeia.

A **ordem internacional assente em regras** e o sistema multilateral, alicerçados no direito internacional, na Carta das Nações Unidas e nos seus princípios, incluindo o respeito pela soberania e pela integridade territorial dos Estados, a abstenção de recorrer à ameaça ou ao uso efetivo da força, bem como a defesa dos direitos humanos universais, continuam a ser essenciais para a Europa e para a comunidade internacional no seu conjunto. No entanto, todos estes elementos estão sujeitos a uma pressão crescente. Assiste-se a uma mudança significativa de uma lógica baseada em regras para uma dinâmica de relações de poder, e um crescente afastamento da cooperação internacional nos domínios das novas tecnologias, das alterações climáticas e do comércio. O aumento das ameaças marítimas, cibernéticas e híbridas amplifica os desafios à segurança europeia.

No centro desta transformação está a **determinação de algumas potências**, com destaque para a Rússia e a China, **em estabelecer uma posição de domínio regional e em reformular a ordem mundial** em consonância com os seus interesses, promovendo o regresso a uma lógica de esferas de influência. Os esforços desenvolvidos nesse sentido são sustentados e sistémicos, apoiando-se em investimentos de longo prazo nas capacidades militares, em ambições de supremacia tecnológica e na utilização da influência económica como instrumento de poder. Estes intervenientes exploram interdependências profundas e frequentemente assimétricas para exercer pressão sobre aqueles que consideram seus adversários. A integração da inteligência artificial (IA) e de sistemas automatizados nos processos de tomada de decisão militares, económicas e políticas aumenta a rapidez, a escala e a eficácia destas ameaças, ao passo que o recurso crescente a atividades híbridas visa explorar as nossas vulnerabilidades, esbatendo simultaneamente a distinção entre a paz e a guerra.

Ao mesmo tempo, os **Estados Unidos**, o nosso parceiro estratégico mais importante, **estão a reajustar as suas prioridades** e o seu posicionamento em todos os domínios. Em particular, os Estados Unidos estão a reavaliar o seu contributo de longa data para a defesa da Europa e esperam que os europeus assumam uma maior responsabilidade pela sua própria segurança. Para a UE, esta evolução tem implicações significativas, tendo em conta o papel central que os laços transatlânticos têm desempenhado, ao longo das últimas décadas, para a nossa segurança, estabilidade e prosperidade. **A relação transatlântica e a cooperação UE-OTAN continuam a ser essenciais para a nossa segurança global.**

Na nossa vizinhança próxima, a UE enfrenta um outro teatro de conflito ativo no **Médio Oriente**, que tem consequências imediatas e profundas nos domínios da segurança, da economia e da ajuda humanitária. Em particular, a guerra recentemente que eclodiu no Golfo e as tensões persistentes na região, nomeadamente no que diz respeito a Israel e à Palestina, bem como ao Líbano, vieram recordar-nos de forma contundente a ameaça multidimensional que uma escalada regional representa para a segurança, a resiliência económica e os interesses estratégicos mais amplos da UE. A instabilidade no Médio Oriente está ligada à cooperação estreita e nociva entre a Rússia e o Irão.

Este ambiente geopolítico em transformação exige uma ação firme e o aprofundamento das parcerias, a fim de defender os nossos interesses e promover as prioridades estratégicas da UE, nomeadamente reforçar a preparação no domínio da defesa e promover a estabilidade mundial, em especial na sua vizinhança, assegurar a sua prosperidade e resiliência, e proteger os seus valores fundamentais e o seu modelo político democrático. Ao fazê-lo, a UE tem a oportunidade de contribuir para dar forma a uma ordem internacional futura assente em regras, e de servir de ponto de referência para os parceiros mundiais que partilham o nosso interesse pelas normas e princípios universais, pelo direito internacional e pelo multilateralismo.

A UE tem um peso político e económico significativo, bem como instrumentos sólidos no domínio da defesa, para alcançar esses objetivos. Contudo, é necessário fazer mais e **transformar os nossos pontos fortes em instrumentos de poder.**

O nosso ambiente estratégico: intensificação da concorrência estratégica, da contestação e da fragmentação

A **Rússia** constitui, para o continente europeu, a ameaça à segurança mais premente, mais significativa, mais direta e mais persistente. A Rússia procura fragilizar a ordem de segurança europeia e mundial e promover um modelo de governação baseado em esferas de influência, por meio do qual pretende reafirmar a predominância sobre os países vizinhos. Embora não tenha conseguido alcançar os seus objetivos militares e estratégicos, a Rússia continua a agir em desrespeito pelos esforços diplomáticos desenvolvidos para pôr termo à sua guerra de agressão e alcançar uma paz justa e duradoura no continente, procurando simultaneamente reconstituir as suas forças e capacidades militares e recuperar a sua imagem de potência mundial no plano internacional. O reforço das capacidades militares da Rússia nas fronteiras europeias, a crescente militarização da sua sociedade e a sua transição para uma economia de guerra, associados a ambições concretas em domínios industriais e tecnológicos estratégicos fundamentais, como o espaço e o nuclear, constituem uma ameaça a longo prazo para a segurança europeia.

Ao mesmo tempo, a Rússia intensificou a sua campanha híbrida contra a UE e os seus Estados-Membros, que inclui a perturbação de infraestruturas críticas, atos de espionagem, ciberataques, atividades de manipulação da informação e de ingerência por parte de agentes estrangeiros, interferências de satélites, a instrumentalização da migração, bem como a interferência eleitoral e atos de sabotagem física e outras formas de interferência hostil. O seu objetivo é comprometer a unidade e a democracia europeias, fomentar o medo e polarização nas sociedades e, sobretudo, desencorajar a continuação do apoio à Ucrânia. A Rússia está a recorrer a um vasto conjunto de instrumentos híbridos na vizinhança alargada da Europa, desde os Balcãs Ocidentais, passando pela região do Mar Negro e pelo Cáucaso do Sul, até à Ásia Central, afetando diretamente interesses políticos e de segurança fundamentais da UE. Para financiar a sua máquina de guerra, a Rússia utiliza uma rede de navios da chamada «frota fantasma» para exportar petróleo, contornando as sanções e gerando riscos nos domínios da segurança marítima, da proteção do ambiente, do direito e da aplicação da lei.

A **China** posiciona-se para prevalecer no contexto da concorrência sistémica, combinando escala industrial, ambição tecnológica e alcance mundial, explorando simultaneamente a instabilidade. As vantagens assimétricas da China em relação à UE, desde os desequilíbrios comerciais até às matérias-primas críticas, passando pelos avanços tecnológicos em determinados domínios, juntamente com a sua vontade de utilizar essas vantagens em seu benefício perante a UE e outros intervenientes, a fim de concretizar a sua ambição de se tornar a principal potência mundial, fazem da China um desafio estratégico crítico a longo prazo. O apoio da China à guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia é um fator essencial para Moscovo. A China continuará a procurar aumentar a sua influência na Europa.

Estas evoluções, em conjugação com um ambiente de ameaça profundamente alterado e com o aumento da cooperação entre rivais estratégicos, que estão mais coordenados, partilham capacidades e retiram ensinamentos da multiplicação dos conflitos em curso, colocam a UE e os seus Estados-Membros perante a necessidade urgente de reforçar as suas próprias capacidades de preparação, de segurança e de dissuasão no domínio da defesa. Uma UE mais forte e com mais capacidades no domínio da segurança e da defesa prestará um contributo positivo para a segurança mundial e transatlântica e é complementar da OTAN, que, para os Estados que são membros desta organização, continua a ser o fundamento da sua defesa coletiva.

O reforço da cooperação em matéria de segurança e defesa com parceiros que partilham as mesmas ideias e outros parceiros é cada vez mais importante para que a UE possa navegar neste novo ambiente estratégico.

Neste contexto, a evolução das dinâmicas geopolíticas fundamentais coloca novos e importantes dilemas estratégicos à UE. As **crescentes** ambições e a capacidade da China para afirmar a sua influência, juntamente com a **concorrência estratégica** que atualmente caracteriza as relações entre os Estados Unidos e a China, terão um impacto cada vez maior na segurança, na competitividade, bem como na segurança e resiliência económicas da UE. **O aprofundamento da parceria estratégica entre a China e a Rússia**, nomeadamente no domínio da cooperação militar, continuará também a reforçar a interligação entre os teatros estratégicos, desde a Europa até à região do Indo-Pacífico, e a ligar e ampliar as ameaças à segurança. Ao mesmo tempo, **o sistema multilateral está sujeito a uma pressão sem precedentes**, dado que as principais potências de todo o mundo dão cada vez mais prioridade à concorrência e à coerção em detrimento da cooperação, e reduzem o seu compromisso e os seus contributos para com as instituições e normas multilaterais. As violações flagrantes do direito internacional, o desrespeito pelos princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas e as graves contestações das normas universais constituem uma ameaça fundamental para a ordem mundial construída ao longo dos últimos oitenta anos. Tal inclui enfrentar desafios globais prementes, como as alterações climáticas, regulamentar a utilização da inteligência artificial (IA) e prevenir violações em larga escala do direito internacional, incluindo o direito internacional em matéria de direitos humanos e o direito internacional humanitário. Os cortes no financiamento dos esforços humanitários e de cooperação em todo o mundo colocam em risco países inteiros e milhões de vidas humanas.

Neste contexto, a UE encontra-se num ambiente de crise multidimensional de longo prazo, em que o principal desafio já não consiste em gerir ameaças isoladas, mas em fazer face a perturbações cumulativas e interdependentes que afetam diferentes domínios e regiões. As relações internacionais caracterizam-se cada vez mais pela concorrência estratégica, política e económica, por confrontos e, em última análise, por conflitos. **Os desafios para a segurança da UE assumem agora também uma dimensão geoeconómica** e incluem a instrumentalização do comércio e das cadeias de abastecimento, bem como do acesso à energia e a outros recursos. As dependências estratégicas, frequentemente assimétricas, e os estrangulamentos no abastecimento e no transporte marítimo exigem que a UE considere a competitividade económica e tecnológica como um dos principais pilares da nossa segurança. Tal como as ameaças internas e externas são hoje indissociáveis, também as ameaças geopolíticas e geoeconómicas se sobrepõem, o que exige abordagens integradas. Torna-se, por isso, necessário reforçar a resiliência das nossas sociedades por meio da redução das vulnerabilidades em todos os setores estratégicos críticos, a fim de salvaguardar os nossos valores e os nossos interesses.

A **Ucrânia** demonstrou uma resiliência excecional perante a agressão da Rússia, conseguiu inverter a dinâmica no campo de batalha a seu favor e afirmou-se como um garante da segurança para além das suas fronteiras, dispondo de um potencial ainda por explorar no domínio da indústria da defesa. A UE demonstrou unidade e determinação no seu apoio à Ucrânia e nos seus esforços para aumentar a pressão exercida sobre a Rússia.

A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e o aumento dos desafios geopolíticos reforçaram e evidenciaram ainda mais a **importância geoestratégica do alargamento** enquanto contributo fundamental para a paz, a segurança, a estabilidade e a prosperidade europeias, sendo os países candidatos à adesão cada vez mais considerados como intervenientes que contribuem para a segurança. A aproximação dos países candidatos à UE por meio de um processo de adesão baseado no mérito e em reformas credíveis permite reduzir as suas dependências políticas e económicas e contribui para a concretização dos seus objetivos comuns.

Os **Balcãs Ocidentais**, assim como a Moldávia e a Ucrânia, são parte integrante do futuro da União Europeia, e têm uma perspetiva de adesão à UE. O reforço do alinhamento da política externa, o aprofundamento da cooperação em matéria de segurança e defesa, bem como o aumento da resiliência face a desafios comuns, como as ameaças híbridas e outros tipos de ameaças igualmente provenientes da região e que afetam a UE sob a influência de intervenientes regionais e externos, continuam a ser elementos fundamentais da parceria entre a UE e os Balcãs Ocidentais, a par da cooperação regional inclusiva, da reconciliação e das relações de boa vizinhança.

Na nossa **Vizinhança Oriental**, a Rússia desenvolve atividades híbridas contra vários parceiros fundamentais, nomeadamente a República da Moldávia e a Arménia. A Rússia utiliza a trajetória autoritária da Bielorrússia como referência para outros países que se submetem à sua esfera de influência. A repressão interna na **Bielorrússia**, o apoio militar ativo à agressão da Rússia contra a Ucrânia, permitindo, em particular, que a Rússia e as suas forças armadas utilizem o seu território, inclusive para a projeção de armas nucleares táticas, bem como as operações híbridas nas fronteiras externas da UE, nomeadamente ações económicas e outras ações desestabilizadoras contra a UE e os seus Estados-Membros, continuam a constituir um grave desafio de segurança para a UE.

A estabilidade e a segurança em toda a **região do Mar Negro** revestem-se de importância estratégica para a UE. A região é gravemente afetada pela agressão da Rússia contra a Ucrânia, como demonstram os incidentes recorrentes relacionados com drones no território de Estados-Membros da UE, que têm repercussões significativas em matéria de segurança, resiliência, liberdade de navegação e desenvolvimento económico, infraestruturas críticas e conectividade.

O **Mediterrâneo Oriental** continua a ser uma região de importância estratégica para a segurança e a estabilidade da UE, constituindo uma fonte de oportunidades significativas, mas também de desafios importantes. Ao defender os seus interesses e os dos seus Estados-Membros, a UE deverá incentivar os parceiros da região a envolverem-se em quadros de cooperação e parcerias, no pleno respeito pelo direito internacional e pelo acervo da UE. Continua também a ser do interesse estratégico da UE desenvolver uma relação mutuamente benéfica com a **Turquia** de forma faseada, proporcionada e reversível, em consonância com as Conclusões do Conselho Europeu de abril de 2024. A participação construtiva da Turquia será fundamental para fazer avançar os vários domínios de cooperação. A este respeito, a UE atribui especial importância ao reatamento e aos progressos das conversações sobre a resolução da questão de Chipre para reforçar ainda mais a cooperação entre a UE e a Turquia. O Conselho continua a esperar da Turquia um empenhamento inequívoco nas relações de boa vizinhança, nomeadamente renunciando a qualquer ameaça de uso da força.

A estabilidade, a segurança e o crescimento económico da **bacia do Mediterrâneo, bem como, de forma mais ampla, da Vizinhança Meridional**, constituem interesses diretos e vitais para a UE. O reforço da parceria euro-mediterrânica é uma prioridade estratégica para a UE, com vista a fortalecer os laços económicos, as relações políticas e a cooperação em matéria de segurança com os parceiros do sul do Mediterrâneo, criando oportunidades conjuntas e enfrentando desafios comuns.

Na nossa **Vizinhança Meridional**, a rápida deterioração da situação no Médio Oriente constitui um desafio direto aos interesses estratégicos da UE. As consequências civis e humanitárias massivas dos conflitos, aliadas à profunda falta de confiança e às tensões regionais, representam um risco significativo e, se não forem contidas, colocam uma pressão imensa sobre as capacidades da UE nos domínios humanitário, financeiro e da gestão das migrações.

Numa altura em que a nossa Vizinhança **Meridional** está sob a ameaça de uma instabilidade significativa, desde a Líbia até ao Iémen e ao Iraque, a situação em Israel e na Palestina, a estabilidade na **Síria e no Líbano** e a gestão das consequências da guerra com o Irão continuam a constituir os desafios mais prementes que a UE enfrenta atualmente. A estabilidade regional e o pleno restabelecimento da liberdade de navegação e de trânsito seguro através do estreito de Ormuz, bem como uma solução negociada e duradoura para todas as questões pendentes, em conformidade com o direito internacional, são essenciais. O interesse estratégico da UE continua a ser o apoio à solução assente na coexistência de dois Estados e a uma resolução do conflito israelo-palestiniano que ofereça uma perspetiva de segurança e de paz para todos. O **Golfo** continua a ser uma região vizinha fundamental para a UE. A sua estabilidade é essencial para a segurança regional, a diversificação económica e a segurança do aprovisionamento. Os desenvolvimentos recentes evidenciam a importância estratégica do estreito de Ormuz e do estreito de Bab-el-Mandeb como corredores marítimos críticos para a Europa. As perturbações destas vias marítimas ameaçam a segurança e a estabilidade regionais, comprometem a liberdade de navegação e o respeito pelo direito internacional, colocam em risco a segurança alimentar e as cadeias de abastecimento e dificultam a livre circulação do comércio, a conectividade, a diversificação energética e a resiliência económica. Ao mesmo tempo, o **Irão**, por meio dos seus programas nuclear e de mísseis balísticos, da sua cooperação militar com a Rússia, das suas atividades desestabilizadoras na região e na Europa, bem como da repressão contra o seu próprio povo, continua a representar uma ameaça para a ordem de segurança regional e internacional.

O panorama de segurança da UE é cada vez mais moldado pela evolução da situação na **região do Ártico** e em torno dela, nomeadamente no que diz respeito ao reforço do dispositivo militar, às ameaças híbridas, aos desafios ambientais e climáticos e à necessidade de reforçar a resiliência da sociedade. As tensões geopolíticas e a concorrência geoeconómica na região do Ártico exigem uma resposta da UE em conjunto com os seus parceiros.

África é um continente de importância estratégica para a UE, com um potencial considerável graças à sua população jovem e em crescimento, às suas economias dinâmicas e aos seus diversos recursos naturais. No entanto, o desenvolvimento deste potencial é dificultado pela instabilidade, pelas vulnerabilidades económicas, pelos conflitos, pelo terrorismo e pelo extremismo violento, bem como pela criminalidade organizada. Entretanto, a concorrência entre as médias e grandes potências pela influência em África está a intensificar-se, alimentando estratégias agressivas de influência, quer no domínio militar, quer nas áreas da economia, da banca, dos meios de comunicação social ou da cibernética, prevalecendo cada vez mais sobre iniciativas coordenadas e de longo prazo de estabilização e desenvolvimento. A demografia, os conflitos prolongados e a ausência de estruturas do Estado sólidas e de infraestruturas sociais criam condições favoráveis ao surgimento de crises, seja no Sudão, no Sael ou no golfo da Guiné. Estes pontos críticos propagaram-se a nível regional, afetando as comunidades, servindo de refúgio seguro para redes terroristas e criminosas, e oferecendo oportunidades a influências estrangeiras hostis, como a proveniente da Rússia. A região do **Sael** continua a ser essencial para a segurança europeia devido às ameaças interligadas que afetam os nossos interesses – o terrorismo e as suas repercussões nos países vizinhos, as redes de criminalidade organizada que controlam as rotas de tráfico de droga e de tráfico de seres humanos para a Europa, bem como o reforço da cooperação entre a Rússia e as autoridades dos países do Sael central –, com fatores agravantes como a fragilidade do Estado, o vazio no domínio da segurança e a presença crescente de concorrentes estratégicos. O **Sudão** continua a atravessar a maior crise de deslocação interna e de fome do mundo, com repercussões críticas a nível regional e global, incluindo para a UE. A exploração das vulnerabilidades e da instabilidade desestabiliza ainda mais os Estados frágeis e as suas economias, ao mesmo tempo que enfraquece a proteção das populações civis e dos direitos humanos. A migração irregular representa um desafio comum que deve ser enfrentado pela UE e por África, tendo ambas interesse em garantir que esta ocorra de forma segura, ordenada e regular.

A segurança do **Indo-Pacífico** e da Europa estão hoje mais estreitamente interligadas do que nunca. A atitude cada vez mais determinada da China nos mares da China Meridional e Oriental e no estreito de Taiwan pode ter um impacto crescente na segurança, na estabilidade e na prosperidade da Europa e da região do Indo-Pacífico. Qualquer alteração do *statu quo* no estreito de Taiwan teria profundas implicações para a segurança mundial. Noutra região da **Ásia**, o Afeganistão continua a suscitar graves preocupações em matéria de segurança tanto para a região como para a União Europeia no que diz respeito ao terrorismo ou à propagação do extremismo violento, ao tráfico de droga e aos crescentes desafios decorrentes da migração irregular. Certos intervenientes, como a República Popular Democrática da Coreia (RPDC), continuam a pôr em perigo a paz e a segurança regionais e internacionais, em virtude das armas de destruição maciça e dos seus programas de armamento nuclear e mísseis balísticos, mas também, em crescente medida, de operações de informações, ciberataques e campanhas de desinformação. Conflitos persistentes mais antigos continuam também a dificultar a elaboração de acordos de segurança panregionais abrangentes.

Por último, mantemos com a **América Latina e as Caraíbas** laços históricos e culturais profundos, bem como um compromisso com o multilateralismo baseado em princípios e valores fundamentais comuns. No entanto, os desequilíbrios socioeconómicos em vários países da América Latina e, em alguns casos, as ameaças à estabilidade política poderão gerar fragilidade e perturbações. Na América Central, é expectável que persistam as divisões regionais e as fortes pressões migratórias, alimentando outros desafios transnacionais relacionados com a criminalidade organizada.

Estas crises demonstram de que forma os **conflitos regionais produzem efeitos sistémicos à escala mundial**. O contexto internacional caracteriza-se por uma dinâmica em cascata. Os conflitos perturbam os fluxos energéticos; os choques no setor da energia geram inflação e instabilidade económica; e a pressão económica alimenta as tensões sociais e a fragmentação política. Embora a UE, enquanto interveniente orientado por princípios e promotor do multilateralismo e da diplomacia preventiva, responda a estes desafios por meio do estabelecimento de parcerias que contribuem para garantir a nossa segurança, os intervenientes intermédios em todo o mundo adotam cada vez mais estratégias de diversificação, impulsionadas por preocupações relacionadas com a energia, a segurança alimentar e a soberania, mostrando-se menos propensos a convergir com as nossas perspetivas.

Ameaças e desafios emergentes e transnacionais

No seu espaço geopolítico alargado, a UE vê-se confrontada com uma perigosa combinação de agressão armada, anexação ilegal, Estados frágeis, potências revisionistas e regimes autoritários. Estes ambientes constituem um terreno fértil para o desenvolvimento de **múltiplas ameaças transnacionais à segurança europeia**, desde o terrorismo, o extremismo violento e a criminalidade organizada aos conflitos híbridos e ciberataques, à instrumentalização da migração irregular, à proliferação de armamento e ao enfraquecimento gradual da arquitetura de controlo de armas. A instabilidade financeira e as extremas divergências sociais e económicas podem agravar estas dinâmicas e ter um impacto crescente sobre a nossa segurança. As disputas por influência tornaram-se um importante fator de insegurança, instabilidade e volatilidade económica na nossa vizinhança.

A questão da **migração irregular**, incluindo a resposta às suas causas profundas, deve ser abordada numa perspetiva de combate às redes criminosas de auxílio à imigração ilegal e à instrumentalização da migração por parte de intervenientes hostis. Tal exige igualmente o estabelecimento de parcerias sólidas com países terceiros, tanto para prevenir as partidas irregulares como para aproveitar as oportunidades proporcionadas por uma migração legal, segura e ordenada, no respeito pelas competências nacionais dos Estados-Membros.

As redes de **criminalidade organizada** que operam a nível transnacional continuam a constituir uma das principais ameaças para os cidadãos, as empresas e as instituições na Europa, bem como para a economia europeia. Além disso, as suas atividades tornam-se progressivamente mais desestabilizadoras, um processo acelerado pela inteligência artificial (IA) e por outras novas tecnologias. Estas redes estão também cada vez mais interligadas, com alguns grupos criminosos a expandirem as suas atividades por várias regiões e continentes. O tráfico de droga, as armas de fogo, o branqueamento de capitais, a cibercriminalidade e a introdução clandestina de migrantes constituem uma ameaça comum para a UE, os Balcãs Ocidentais, a América Latina e as Caraíbas e, cada vez mais, para a África Ocidental. A **corrida pela supremacia tecnológica**, em particular no domínio da inteligência artificial, continuará a moldar o ambiente estratégico enquanto principal domínio de concorrência e instrumento estratégico crítico. Os intervenientes que conseguirem dominar a inteligência artificial estarão em condições de integrar a tomada de decisão, os sistemas militares, a manipulação da informação e o poder económico de formas que lhes proporcionarão vantagens estruturais. Esta dinâmica aumenta a probabilidade de uma maior concentração do poder à escala mundial.

Os intervenientes estatais e não estatais que recorrem a táticas **híbridas**, ciberataques, incursões aéreas, nomeadamente através de drones, campanhas de desinformação, interferências nas nossas eleições e nos nossos processos políticos, coerção económica e a instrumentalização dos fluxos de migração irregular, bem como a espionagem, inclusive entre parceiros, contribuíram para reduzir o limiar de conflito, criando assim ameaças diretas e sensíveis à nossa segurança e à nossa integridade democrática, ao mesmo tempo que permitem a negação plausível e colocam desafios em matéria de atribuição de responsabilidade.

As atividades de manipulação da informação e ingerência por parte de agentes estrangeiros (**FIMI**) estão a intensificar-se, tanto em termos de frequência como de sofisticação. Para intervenientes como a Rússia e outros, estas atividades fazem parte de um conjunto mais vasto de instrumentos de guerra política. Estes exploram as lacunas e vulnerabilidades nas nossas sociedades abertas e fomentam divisões com o objetivo de gerar instabilidade e paralisar os processos de tomada de decisão. Os intervenientes hostis combinam frequentemente a manipulação da informação e a ingerência com outras atividades híbridas, operando através de campanhas coordenadas e prolongadas no tempo. Para além de prejudicarem os processos democráticos e de corroerem a confiança do público, estas ameaças põem seriamente à prova a nossa segurança e a integridade da informação.

Enquanto os campos de batalha e as zonas de guerra se multiplicaram na nossa vizinhança, da Ucrânia ao Irão, as tecnologias de guerra e os setores industriais de defesa evoluíram significativamente, tendo sido identificadas **novas lacunas em matéria de capacidades críticas** e vulnerabilidades para os europeus, nomeadamente no que respeita às munições, à defesa aérea e aos drones.

É provável uma intensificação da **proliferação de armas de destruição maciça** e seus vetores, à medida que as potências nucleares expandem os seus arsenais, continuam a desenvolver e testar novos sistemas de armamento e se afastam dos mecanismos de controlo de armamentos em vigor. O programa nuclear e balístico da RPDC continua a ser uma preocupação crescente. O programa nuclear iraniano continua a carecer de controlo internacional e constitui uma fonte persistente de instabilidade e de conflito na região. Tanto a Rússia como a China estão a expandir o seu arsenal nuclear e a desenvolver novos sistemas de armamento. Os dirigentes russos recorreram à ameaça nuclear no contexto da sua invasão da Ucrânia. As potências regionais também têm acesso a armas convencionais sofisticadas, desde sistemas antiacesso e de negação de área a mísseis balísticos e de cruzeiro. Estas tendências são exacerbadas pela erosão da arquitetura de controlo de armas na Europa, desde o Tratado sobre Forças Convencionais na Europa ao Tratado sobre Forças Nucleares de Alcance Intermédio e ao Tratado sobre o Regime de Céu Aberto. Este vazio normativo tem impacto direto na segurança da UE. A salvaguarda da proibição mundial de armas químicas é uma responsabilidade partilhada a nível mundial.

Ao mesmo tempo, o acesso livre e seguro a **domínios estratégicos mundiais** é cada vez mais disputado. O ciberespaço tornou-se num domínio de concorrência estratégica, numa altura de dependência crescente das tecnologias digitais. Deparamo-nos em crescente medida com ciberataques cada vez mais sofisticados. É essencial manter um ciberespaço aberto, livre, estável e seguro.

O domínio **espacial** tem fortes implicações em matéria de segurança e defesa. Apesar de ser fundamental para as capacidades de observação, monitorização, navegação e comunicação, trata-se de um domínio congestionado e disputado, no qual concorrentes estratégicos multiplicam comportamentos irresponsáveis e onde são frequentes as ameaças às infraestruturas em órbita e em terra, ao mesmo tempo que tanto intervenientes principais como emergentes reforçam significativamente a sua presença e se preparam para conduzir operações militares no espaço.

A **segurança marítima** a nível mundial é fundamental para a segurança da UE, o seu desenvolvimento económico, o comércio livre, os transportes e a segurança energética. A UE comprometeu-se a respeitar a ordem jurídica estabelecida pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), reconhecendo a sua centralidade, e espera que todos os Estados respeitem os princípios e regras fundamentais do direito do mar. A UE enfrenta um cenário de ameaças em rápida intensificação, que vai desde ameaças tradicionais, como a pirataria e os assaltos à mão armada no mar, até à coerção e aos ataques híbridos contra infraestruturas críticas perpetrados por Estados, incluindo em águas europeias. As tecnologias emergentes, como a inteligência artificial aplicada a embarcações submarinas não tripuladas, embora ofereçam muitas oportunidades, também introduzem vulnerabilidades específicas no domínio marítimo, que importa abordar. As zonas marítimas, as rotas marítimas críticas de comunicação e vários pontos marítimos de estrangulamento, bem como os fundos marinhos, são cada vez mais disputados em todo o mundo. A segurança da UE no domínio **aéreo** é também posta em causa por posturas aéreas cada vez mais agressivas, com o aumento de táticas antiacesso/de negação de área.

As alterações climáticas, a degradação ambiental e as catástrofes naturais terão também repercussões significativas sobre o nosso panorama de segurança ao longo das próximas décadas e são fatores comprovados de instabilidade e conflito em todo mundo, representando, por conseguinte, uma ameaça à paz e à segurança internacionais. São exemplos concretos disso a concorrência pelos recursos naturais, como as terras agrícolas e a água, bem como a exploração dos recursos energéticos para fins políticos. Descarbonizar e tornar as nossas economias mais circulares e mais eficientes em termos de recursos traz consigo desafios específicos em matéria de segurança, como é o caso do acesso a matérias-primas essenciais, da gestão da cadeia de valor e da sustentabilidade, além das mudanças económicas e políticas causadas pela transição para combustíveis não fósseis. **As crises sanitárias mundiais** podem também exercer pressões consideráveis sobre as sociedades e as economias, com implicações geopolíticas de grande alcance.

A erosão cada vez mais acelerada do respeito pelo direito internacional e as crescentes ameaças às instituições mundiais e multilaterais de cooperação internacional, instituições que contribuimos para moldar e desenvolver ao longo das últimas décadas, afirmam-se, no conjunto destes desafios transnacionais, como um problema cada vez mais premente para nós e para os nossos parceiros. Trata-se de um desafio transversal e sistémico, na medida em que compromete a capacidade coletiva da comunidade internacional de enfrentar os desafios (e aproveitar essas oportunidades) que apenas podem, ou podem mais eficazmente, ser abordados em conjunto.